

NOVOS RUMOS PARA AS CIDADES.

REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA A

REVISÃO **PLANOS
DIRETORES**

Ministério Público do Rio Grande do Sul - MPRS

SEMINÁRIO:

**“NOVOS RUMOS PARA AS CIDADES: reflexões
necessárias para a revisão dos Planos Diretores”**

Atuação do Ministério das Cidades e Estratégias de Capacitação dos Municípios

Porto Alegre, 1º de junho de 2017



Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



RETRATO DO PLANEJAMENTO URBANO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



PESQUISA IBGE MUNIC 2015

Municípios sem Plano Diretor		%	
Brasil.....	5.570 (100%)	2.786	50%
Municípios < 20 mil hab.....	3.828 (16%)	2.596	68%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab.....	1.440 (28%)	188	13%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab.....	231 (20%)	0	0%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab.....	30 (6%)	0	0%
Municípios > 500 mil hab.....	41 (30%)	0	0%

5.570 MUNICÍPIOS → 302 (5%) COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES → 56% DA POPULAÇÃO

Municípios com PD		%
Atualização anterior a 2010 ou não atualizado		
Brasil	2.103	75%
Municípios < 20 mil hab	949	77%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	947	76%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	152	66%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	25	83%
Municípios > 500 mil hab	30	73%



PESQUISA IBGE MUNIC 2015

Instrumentos EC - Municípios com PD e sem Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS		%
Brasil	462	17%
Municípios < 20 mil hab	262	21%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	193	15%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	6	3%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	1	3%
Municípios > 500 mil hab	0	0%

**302 MUNICÍPIOS COM MAIS 100 MIL HAB
23% NÃO POSSUEM LEGISLAÇÃO OUTORGA ONEROSA**

Instrumentos EC - Municípios com PD e sem Outorga Onerosa – OO		%
Brasil	1.064	38%
Municípios < 20 mil hab	538	44%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	474	38%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	45	19%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	4	13%
Municípios > 500 mil hab	3	7%



PESQUISA IBGE MUNIC 2015

Instrumentos EC - Municípios com PD e sem Contribuição de Melhoria – CM		%
Brasil	737	26%
Municípios < 20 mil hab	299	24%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	370	30%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	51	22%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	8	27%
Municípios > 500 mil hab	9	22%

**302 MUNICÍPIOS COM MAIS 100 MIL HAB
29% NÃO POSSUEM LEGISLAÇÃO OPERAÇÕES URBANAS**

Instrumentos EC - Municípios com PD e sem Operações Urbanas Consorciadas – OUC		%
Brasil	1.475	53%
Municípios < 20 mil hab	747	61%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	640	51%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	75	32%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	6	20%
Municípios > 500 mil hab	7	17%



Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



PESQUISA IBGE MUNIC 2015

Instrumentos EC - Municípios com PD e sem Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV		%
Brasil	1.000	36%
Municípios < 20 mil hab	540	44%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	424	34%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	31	13%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	3	10%
Municípios > 500 mil hab	2	5%

**302 MUNICÍPIOS COM MAIS 100 MIL HAB
33% NÃO POSSUEM LEGISLAÇÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Instrumentos EC - Municípios com PD e sem Regularização Fundiária – RF		%
Brasil	1.579	57%
Municípios < 20 mil hab	787	64%
Municípios > 20 mil – 100 mil hab	692	55%
Municípios > 100 mil – 350 mil hab	83	36%
Municípios > 350 mil – 500 mil hab	9	30%
Municípios > 500 mil hab	8	20%

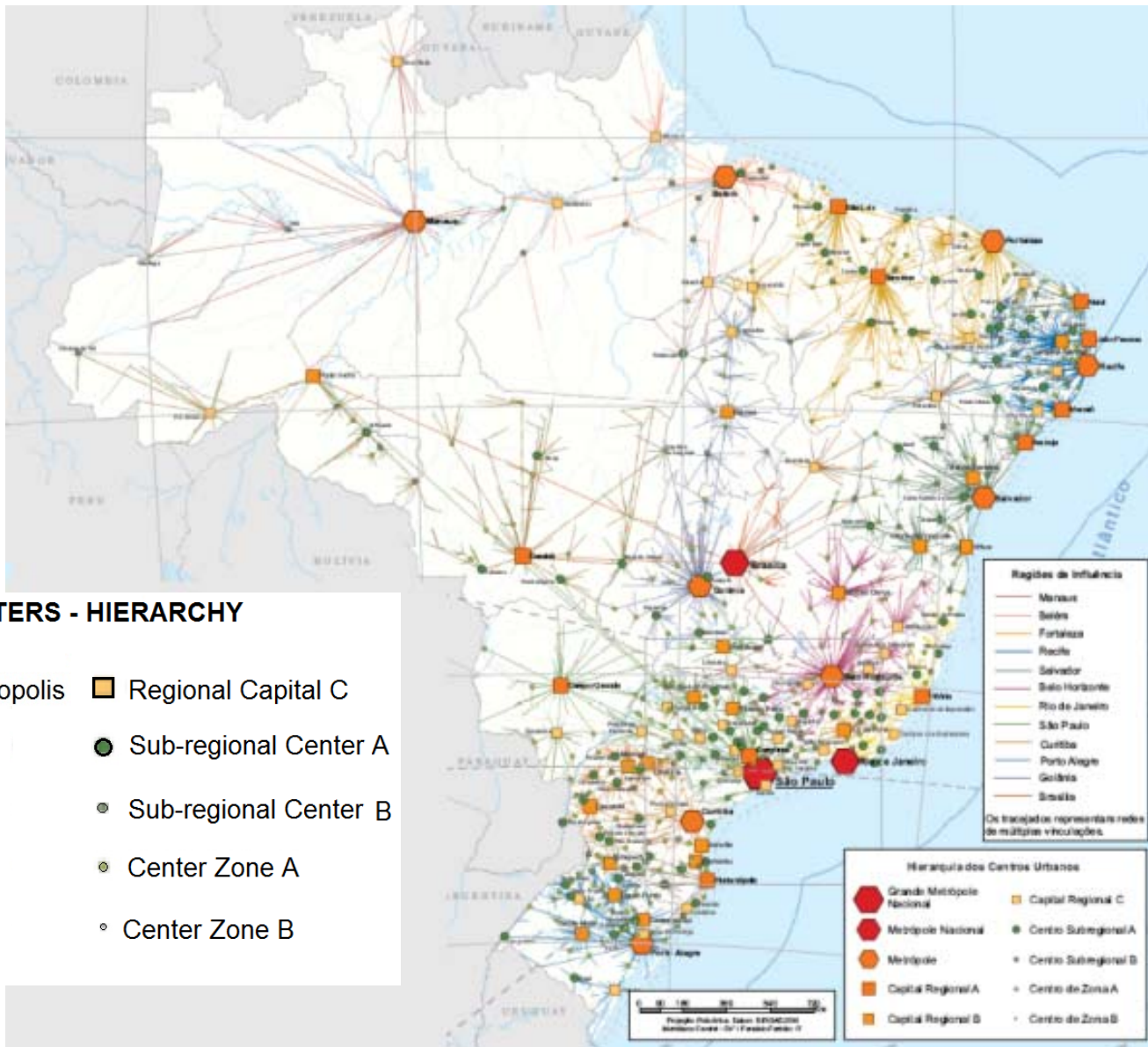




A **complexidade** e **objetividade** dos Planos Diretores variam de acordo com o porte, dinâmica econômica, demográfica e **capacidade institucional de planejar e implementar do município.**



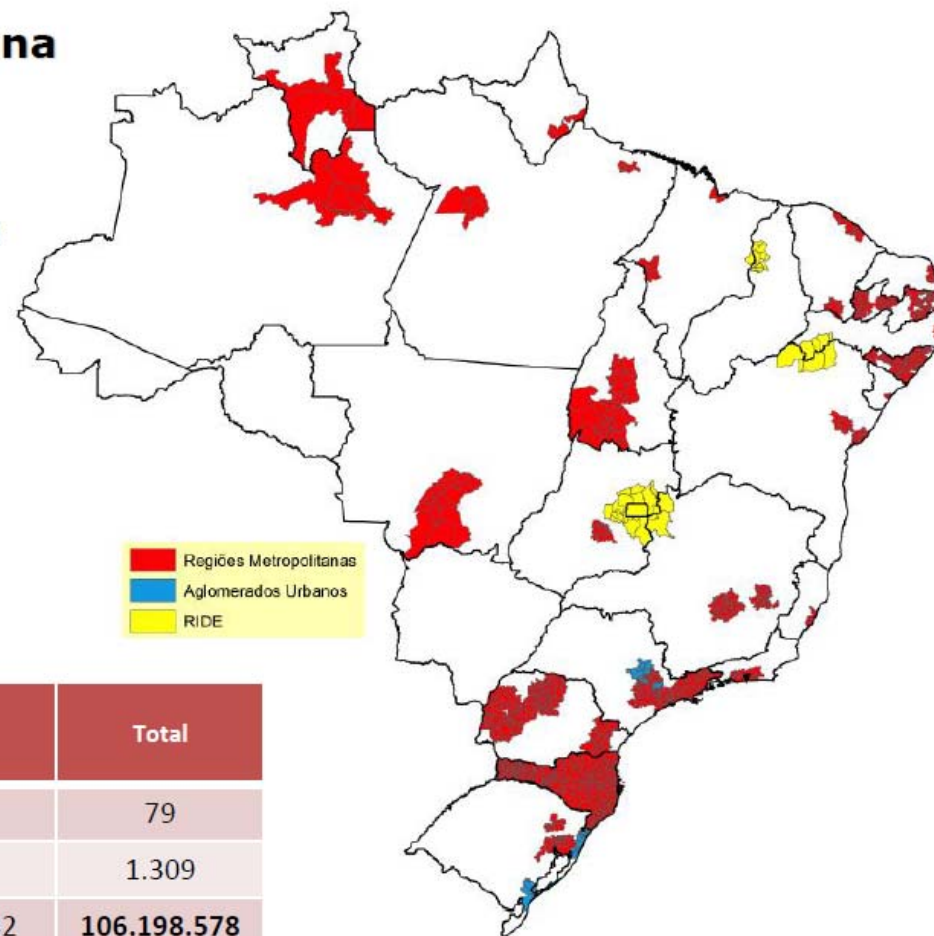
Brasil - Rede Urbana



Brasil – Regiões Metropolitanas

Regiões metropolitanas existentes na década de 2010

- ✓ Proliferação de regiões metropolitanas (71 regiões metropolitanas)
- ✓ Grandes diferenças de critérios para a instituição das regiões metropolitanas
- ✓ Falta de governança



Quantidades	Aglomeraco Urbana	Região Metropolitana	RIDE	Total
Instituídas	5	71	3	79
Municípios	64	1.208	45	1.309
População	3.584.805	96.770.521	5.562.682	106.198.578

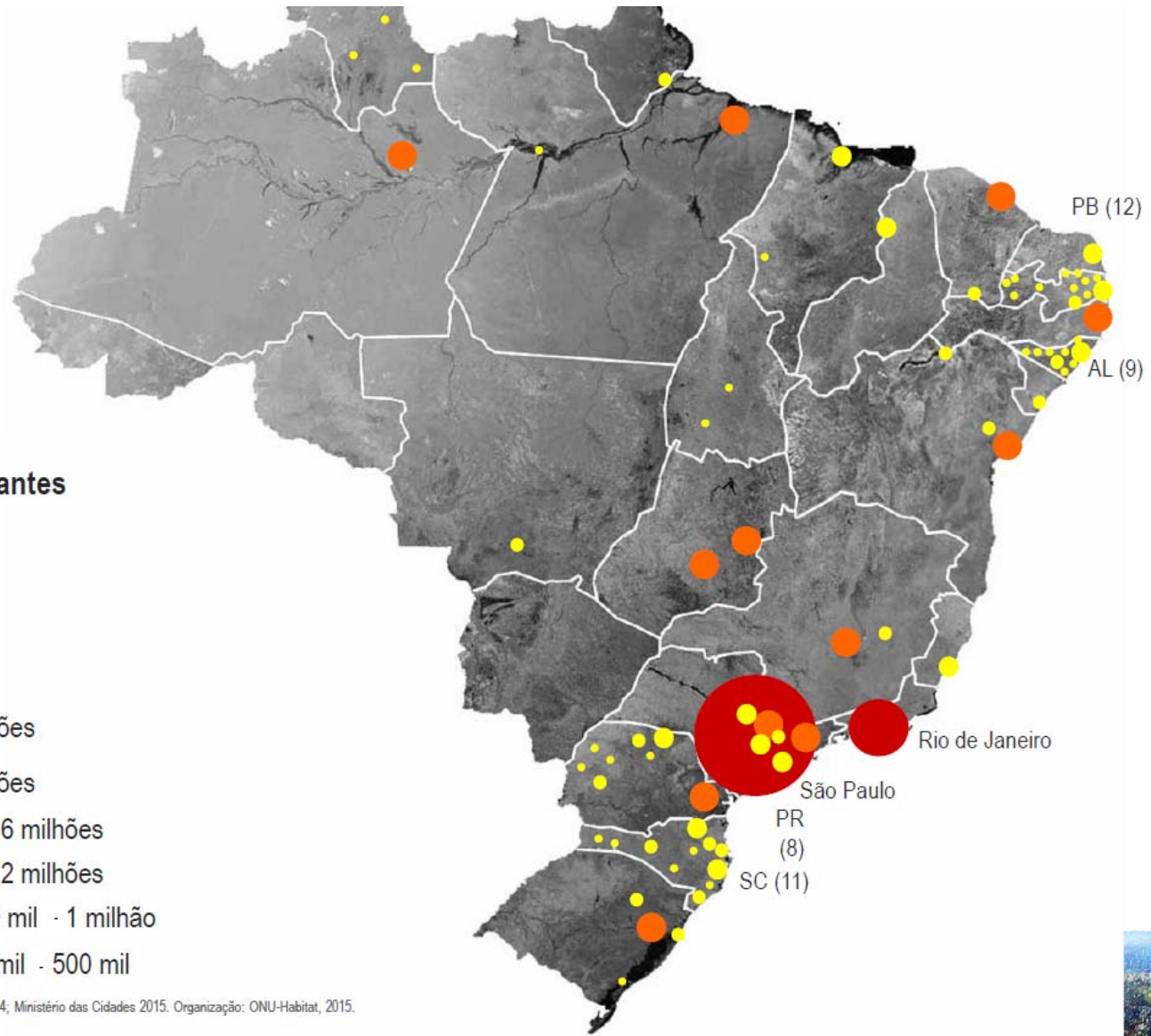
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de DEAP, 2015.

Regiões Metropolitanas - Brasil

População (2014):
202,768,562 habitantes



Dados: IBGE, 2014; Ministério das Cidades 2015. Organização: ONU-Habitat, 2015.



Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



REGIÕES METROPOLITANAS

- 50% da pop. está concentrada em 7% do território (IBGE-2010);
- 88.7% dos domicílios em assentamentos informais (IBGE-2010);
- 60% do déficit habitacional;
- 90% das pessoas com renda per capita acima de 3 SM.

REGIÕES METROPOLITANAS

- Contexto Legal e Político-Institucional das RMs
- Estatuto da Metrópole / Governança Metropolitana
- Desafios das Regiões Metropolitanas
- Perspectivas de Atuação do Ministério das Cidades
- Estratégias de Capacitação



Estatuto da Metrópole - Lei Federal nº 13.089 de 12/01/2015

Conceitos – Art. 2º

II – função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes;

III – gestão plena: condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui:

- a) formalização e delimitação mediante lei complementar estadual;
- b) estrutura de governança interfederativa própria, nos termos do art. 8º desta Lei;
- c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual;

IV – governança interfederativa: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

V – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

VI – plano de desenvolvimento urbano integrado: instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana ou da aglomeração urbana;



Estatuto da Metrópole - Lei Federal nº 13.089 de 12/01/2015

Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Integrado – Art. 9º

I – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI

incluindo: diretrizes (para FPICs, articulação intersetorial, e de uso e parcelamento do solo); projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos, macrozoneamento, delimitação das áreas com restrição à urbanização, patrimônio cultural, ambiental e controle de desastres. (Inclui demais instrumentos).

II – planos setoriais interfederativos;

III – fundos públicos;

IV – operações urbanas consorciadas interfederativas;

V – zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos;

VI – consórcios públicos;

VII – convênios de cooperação;

VIII – contratos de gestão;

IX – compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana, conforme o inciso VII do caput do art. 7º desta Lei;

X – parcerias público-privadas interfederativas.

→ Sistema de Informações Metropolitanas → articulado ao SNDU.



Regiões Metropolitanas – Análise comparativa

Governança das FPICs

- **Limitada capacidade institucional** reflete o baixo desempenho das funções públicas de interesse comum e a insuficiência de mecanismos para a formação de parcerias interfederativas e intermunicipais.
- **As RMs de Porto Alegre, Curitiba e São Paulo** reúnem as melhores condições institucionais para o exercício das funções públicas de interesse comum de uso do solo, transporte/mobilidade e saneamento.
- O setor de **transporte público/mobilidade urbana** apresenta o melhor desempenho em oito regiões metropolitanas. São Paulo é a melhor.
- Maiores investimentos nessa área estão nas RM de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e na Ride/DF → **RMs do Centro-Sul**.
- Experiências de **Recife, Porto Alegre, Belém e Vitória** se destacam na operação dos sistemas de transporte e implantação de sistema integrado com bilhete único.



Regiões Metropolitanas – Análise comparativa

Desempenho da Governança das FPICs

- O setor **saneamento** apresenta a **pior situação**. A RM de São Luís constitui a maior gravidade.
- **Saneamento básico** → **ações** exitosas nas RMs de **Porto Alegre** (macrodrenagem), **São Paulo** (resíduos sólidos e macrodrenagem), **Vitória e Curitiba** (articulação entre o zoneamento e a proteção dos mananciais de abastecimento da região).
- **O uso do solo** → função pública de interesse comum com grande impacto no bem estar da população, em especial a mais vulnerável.

É na regulação do uso e da ocupação do solo urbano e nos instrumentos e procedimentos de gestão urbana e ambiental que residem os maiores desafios institucionais da política urbana do país.



Regiões Metropolitanas – Análise comparativa

Desempenho da Governança das FPICs

- **Uso do Solo e habitação** → inadequação e desatualização de planos diretores, legislação de uso e ocupação do solo urbano e parcelamento do solo.
- Não permite acompanhar a dinâmica social e econômica das cidades e resulta no agravamento das condições urbanas, na favelização em inúmeras áreas ocupadas e vazias sem regularização fundiária nas regiões metropolitanas.
- **RM de São Paulo** → mais de 500.000 pessoas habitam de forma precária e informal em áreas de proteção de mananciais.

Sistemas de planejamento e gestão do uso do solo devem ser dinâmicos e capazes de assimilar processos sociais e econômicos urbanos, permitindo o atendimento das demandas habitacionais e de desenvolvimento urbano.



Governança nas Regiões Metropolitanas

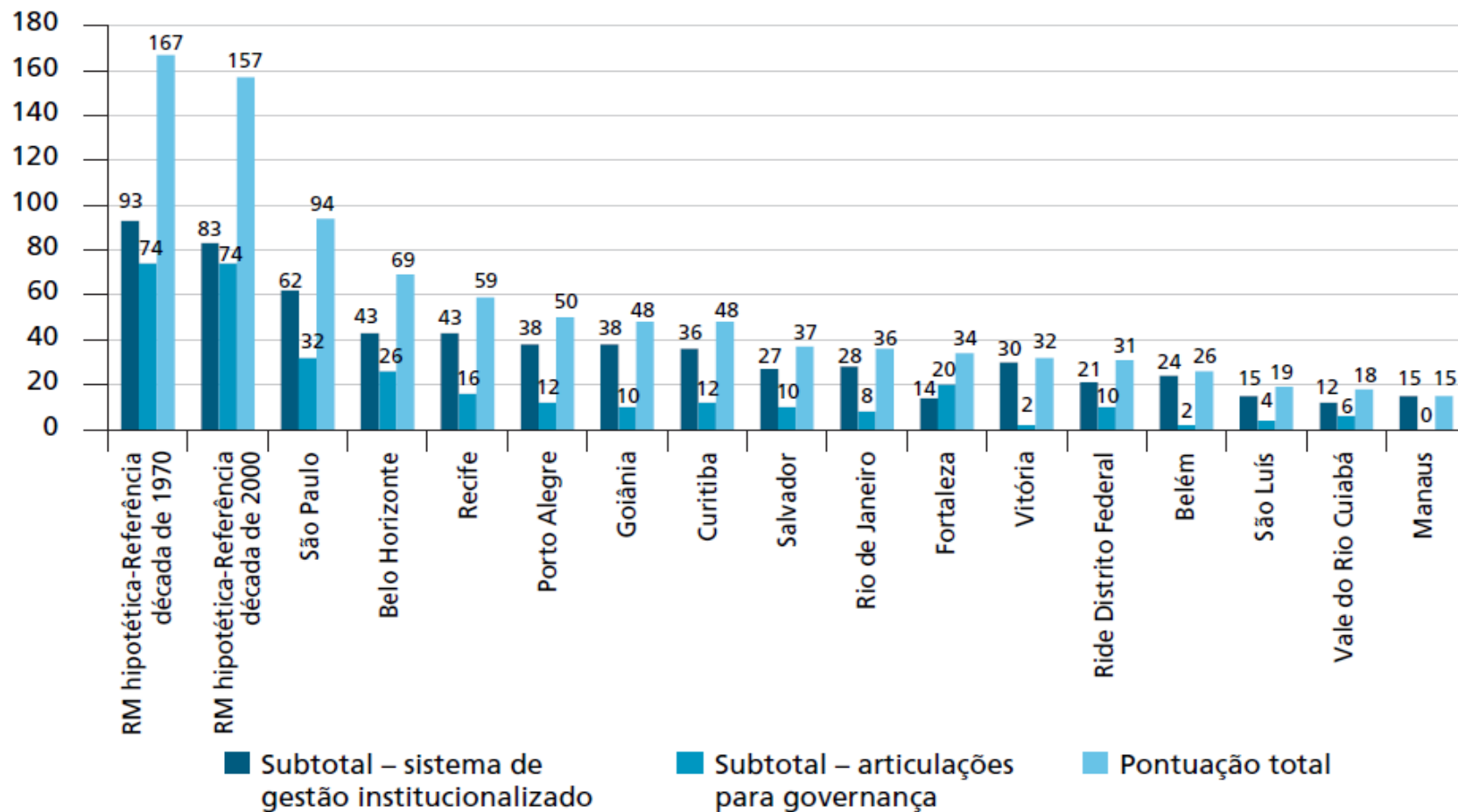
- 47% das RMs contam com instância exclusiva de gestão, sendo que (80%) tem conselho deliberativo instituído legalmente;
- 73% possui fundo legalmente instituído, mas 60% deles nunca teve dotação de recursos;
- 80% possui conselho deliberativo instituído,
- 33% prevê a participação da sociedade civil, e dois terços não tiveram reunião no último ano;
- Apenas um terço das RMs possuem, ou estão elaborando os planos metropolitanos.
- 87% apresenta ao menos um programa orçamentário;
- 93% possui ao menos uma articulação para governança , ie, consórcios, fóruns, conselhos (para finalidades específicas), convênios, comitês, pactos e outras formas.



Pesquisa Governança Metropolitana no Brasil (IPEA - Emplasa / 2013)

GRÁFICO 1

Arranjos institucionais de gestão metropolitana: pontuação das RMs em estudo e das RMs hipotéticas (jun. 2013)

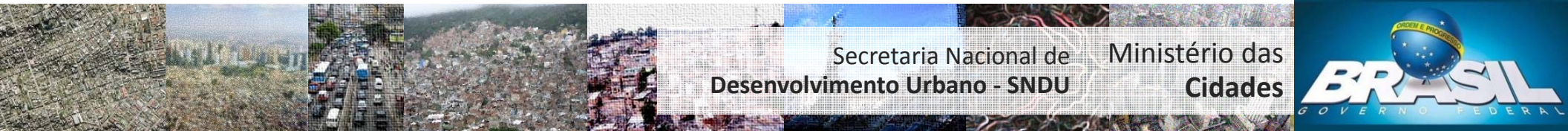


Elaboração dos autores.

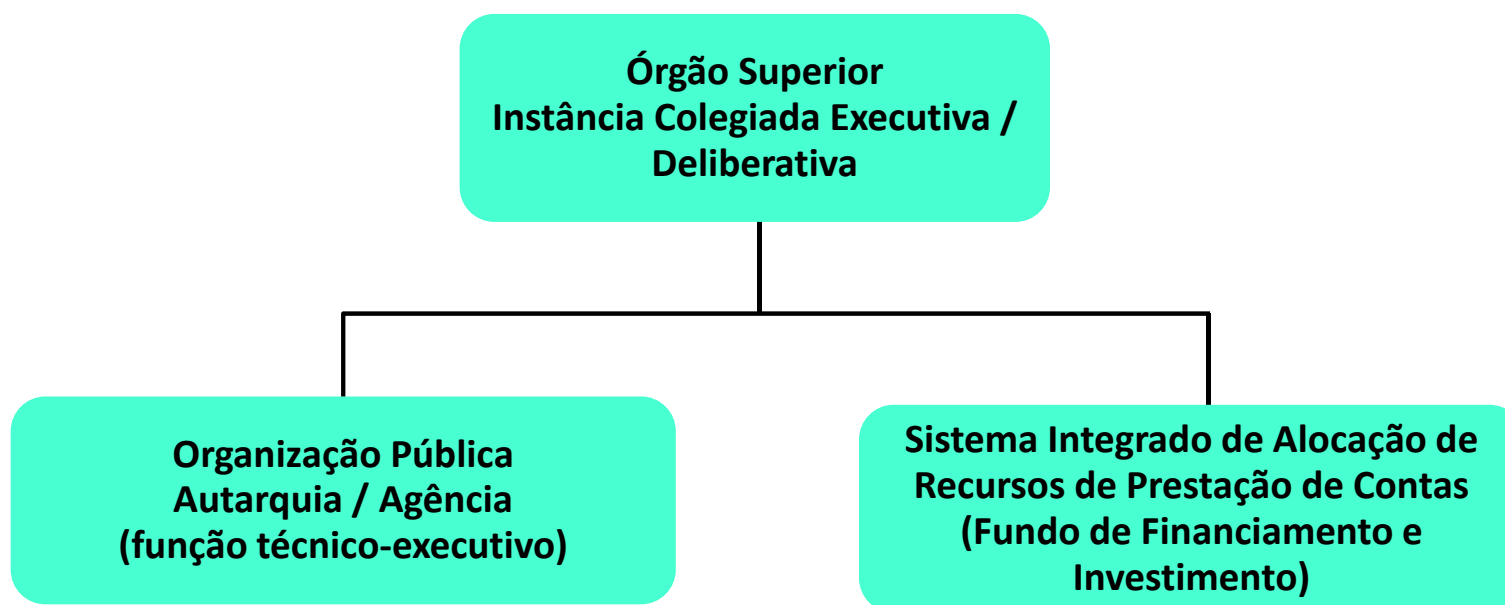
Governança Metropolitana

Organização, planejamento e execução das FPICs:

- Compartilhamento do poder decisório
- Base Constitucional (CF 1988: art. 25, § 2º)
- Sistema referendado pelo STF (ADIN 1.842/RJ)
- Regulamentado pelo Estatuto da Metrópole (governança interfederativa).
- **Colegiado**: Exercício da titularidade dos Serviços Públicos / Estados e municípios (Representação da Sociedade Civil).
- **Agência**: Elaboração, Execução, Acompanhamento, Fiscalização Regulação e Licenciamento (“balcão único”) das FPICs.
 - Elaboração do projeto (organização, planejamento e execução) e definição do modelo de execução dos serviços públicos.
- **Fundo Metropolitano**: Garantias;
- **Entes Públicos e Iniciativa Privada**: Segurança jurídica



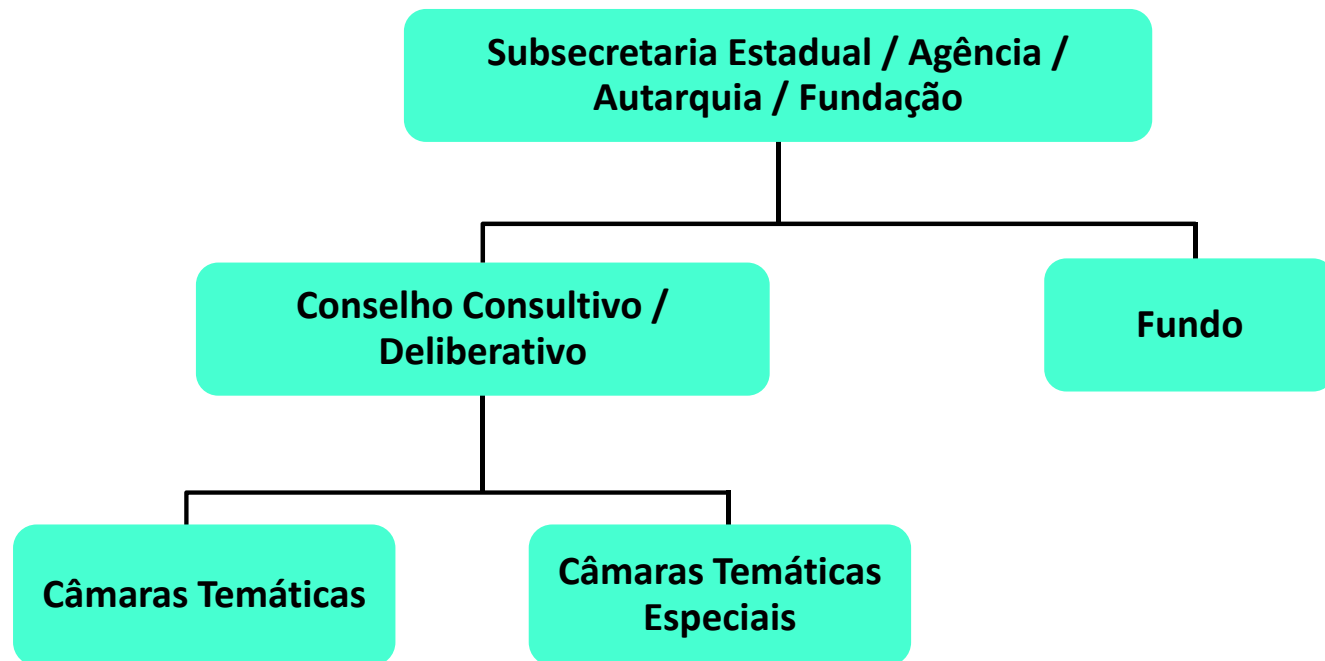
Estrutura Institucional da Governança Metropolitana
Situação Definida pela Lei 13.089 de 12/01/2015
Estrutura Básica
Governança Interfederativa



Estrutura Institucional da Governança Metropolitana

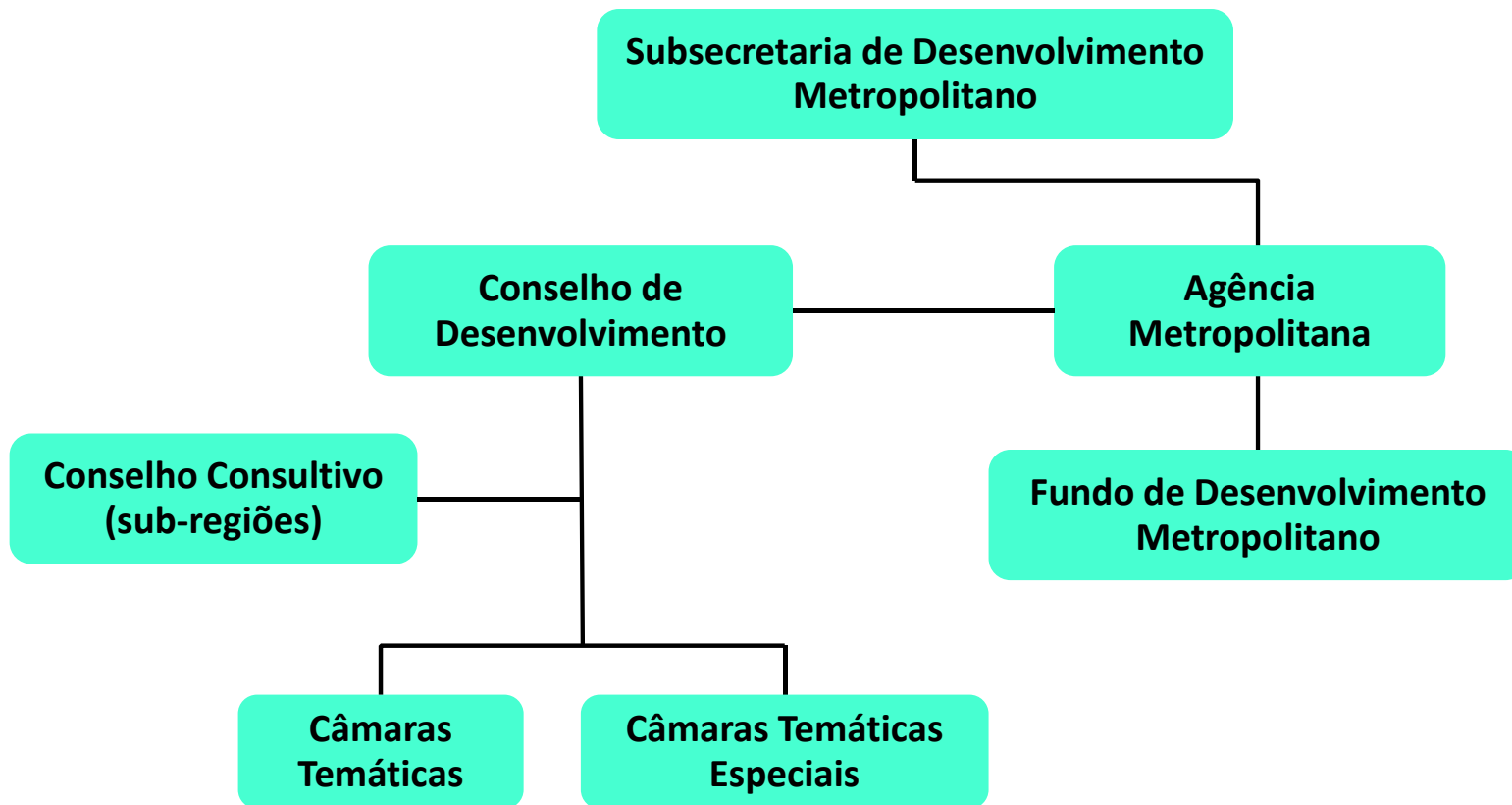
Estrutura Básica

Regiões Metropolitanas



Governança Metropolitana

Região Metropolitana de São Paulo



Perspectivas de Atuação do Ministério das Cidades

Objetivos

- Melhorar as condições de vida da população, especialmente a que vive na pobreza;
- Fortalecer o planejamento e a gestão urbana (fortalecimento institucional) → RMs, aglomerações urbanas e cidades médias);
- Aumentar a capacidade de investimento e a competitividade das cidades; e
- Promover a sustentabilidade ambiental.



Perspectivas de Atuação do Ministério das Cidades

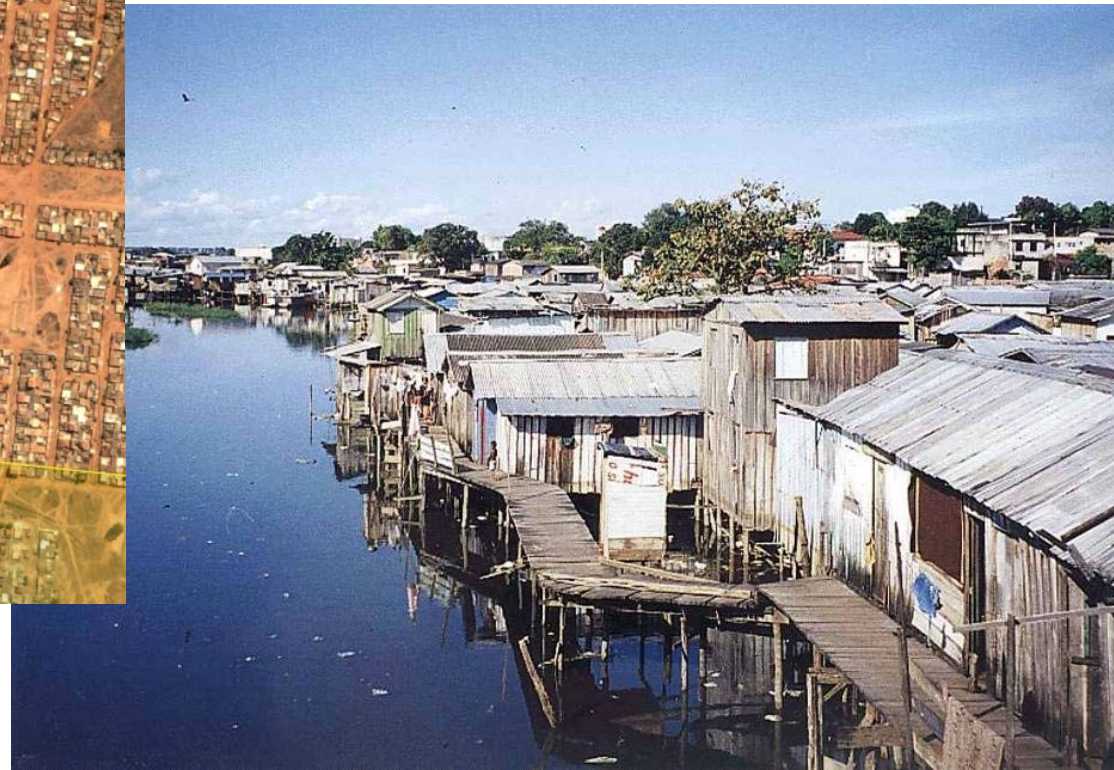
Diretrizes Gerais

- Integração das ações setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e transporte, bem como de planejamento urbano, de modo a evitar a ineficiência no uso dos recursos e a intervenção desarticulada → ação eficaz com impactos duradouros e sustentáveis;
- Criação e fortalecimento institucional e de mecanismos de governança interfederativa e gestão compartilhada, especialmente nas regiões metropolitanas;
- Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão urbana de modo a acompanhar as transformações das cidades orientando o seu crescimento (plano diretor, planos de expansão urbana, legislação de parcelamento do solo urbano, etc.).



LINHAS DE ATUAÇÃO

- **Urbanização Inclusiva** → regularização fundiária, melhor oferta de serviços públicos, locação social, oferta habitacional acessível;



Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



LINHAS DE ATUAÇÃO

- **Sustentabilidade Ambiental** → redução da poluição, resiliência urbana frente às mudanças climáticas;



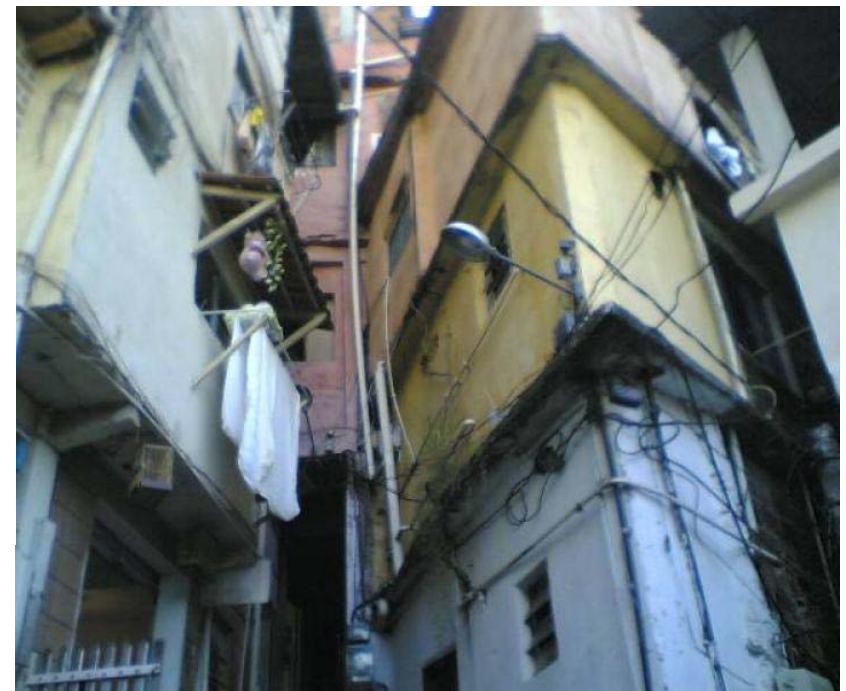
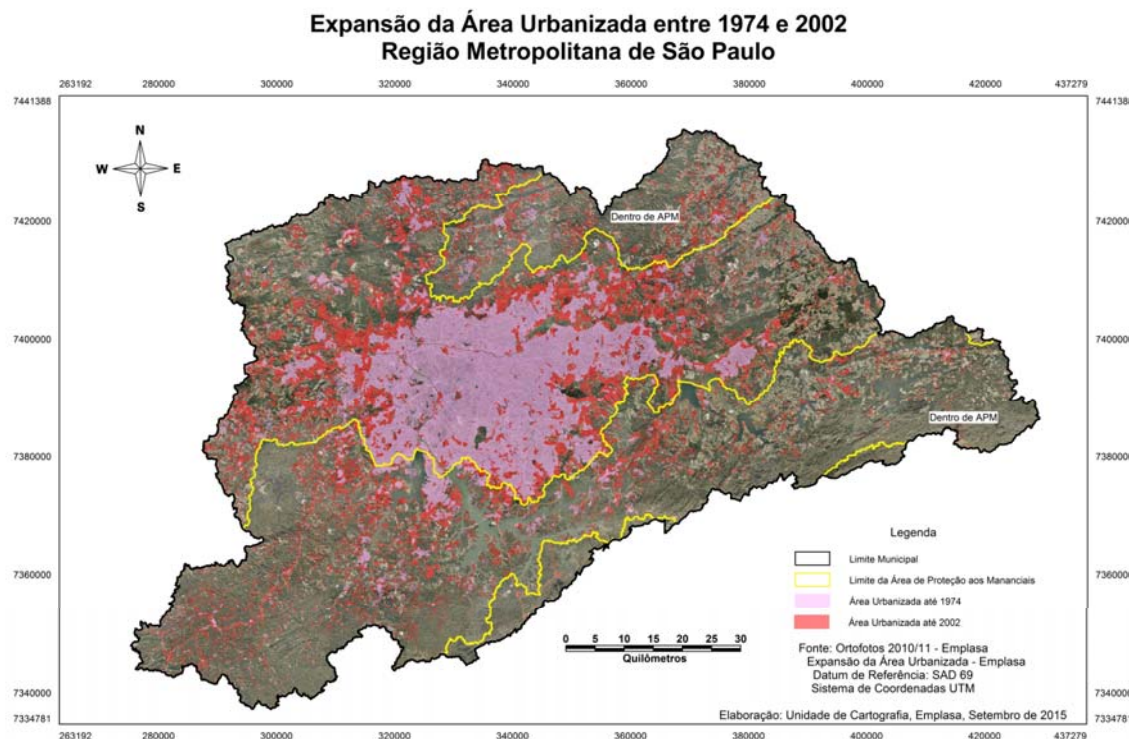
Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



LINHAS DE ATUAÇÃO

- **Governança e Gestão Urbana** → processos mais ágeis e transparentes, reduzir a burocracia, sistema de informações, instrumentos do EC, parcerias.



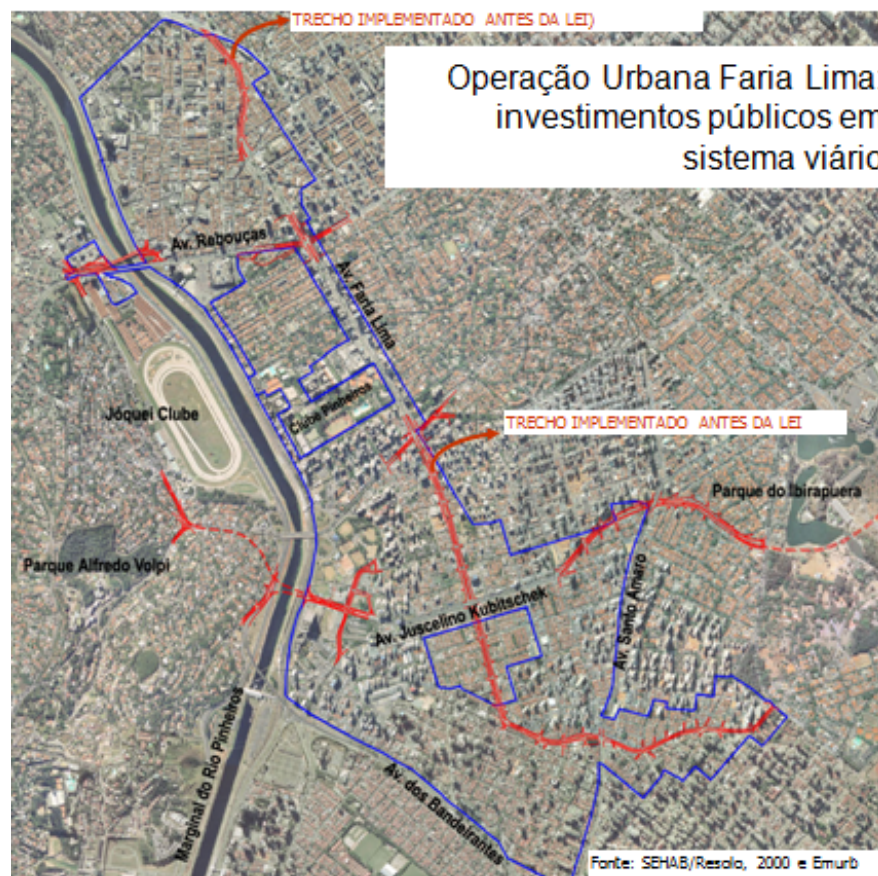
Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano - SNDU

Ministério das
Cidades



LINHAS DE ATUAÇÃO

- **Competitividade** → promover o desenvolvimento, mais serviços e infraestrutura, transporte e mobilidade, saneamento, urbanização;



se relaciona a promoção de projetos urbanos por meio da parceria entre poder público, capital privado e sociedade civil, com o objetivo de transformações que garantam a qualidade do ambiente urbano e promovam melhorias sociais



LINHAS DE ATUAÇÃO

- **Estratégias de Financiamento** → arrecadação própria, participação privada, recuperação da valorização imobiliária, instrumentos do EC.

Ações públicas e coletivas proporcionam a valorização dos imóveis



É legítimo que o Poder Público Municipal recupere esta valorização à coletividade

Gestão social da valorização da terra



LINHAS DE ATUAÇÃO

- **Fortalecimento Institucional** → modernização administrativa, capacitação de gestores públicos e agentes sociais.



PROGRAMAS E AÇÕES EM CURSO

- Programa Nacional de Capacitação - Capacidades;
- Programa de Gestão de Riscos e Desastres;
- Programa de Planejamento Urbano Sustentável - Planejamento da Expansão urbana;
- Programa de Apoio ao Planejamento Local – Plano Diretor;
- Programa de Regularização Fundiária;
- Programa de Reabilitação Urbana e Acessibilidade;
- Programas Setoriais:
 - PMCMV, Urbanização de Favelas, etc
 - Mobilidade e Transporte
 - Saneamento Ambiental

Perspectivas de Atuação

- 1 – Programas e ações de abordagem regional e intersetorial.**
- 2 – Estudos e análises técnicas voltadas para o estabelecimento de ações estratégicas.**
- 3 – Articulação e integração interinstitucional:**
 - CAIXA, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Presidência da República, TCU;
 - Governos Estaduais, municípios, entidades metropolitanas
 - Institutos de pesquisa, universidades federais, IPEA, IBGE, IBAM
 - Organismos multilaterais: BID, Cooperação Brasil-França, GIZ, FoF
- 4 – Apoiar “Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano” para regiões metropolitanas;**
- 5 – Apoiar políticas, programas e projetos municipais e interfederativos;**
- 6 – Promover e apoiar melhoria dos recursos humanos e modernização administrativa;**



Recomendações Preliminares para Ações em RMs

Apoio da União - MCidades/Estatuto da Metrópole

- a) Governança Interfederativa: organização, planejamento, e execução da governança metropolitana, incluindo:
 - Instrumentos de planejamento, legais, operacionais e financeiros.
 - Abrange as funções públicas de Interesse comum: Uso do solo/ habitação; saneamento (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem); transporte, segurança pública e outras.
- b) Elaboração e Revisão do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI
- c) Subsistema de Planejamento e Informações Metropolitanas – SNDU.

7- Estudos Técnicos – MCidades

Regulamentação Estatuto da Metrópole: - modelagem institucional

- sistema de informações metropolitanas



PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS CIDADES

Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC 2017

Ação 8872 – Apoio à Capacitação de Gestores Públicos e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano.

Objetivo

- capacitar agentes públicos das diferentes esferas de governo e sociais para a execução, acompanhamento e aperfeiçoamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- desenvolver ações de apoio ao setor público das diferentes esferas de governo para o desenvolvimento institucional e a implementação de sistemas de informações;



PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO

- Treinamentos presenciais
- Educação a Distância - EaD
- Estudos e pesquisas
- Disseminação de informações



PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Apoio e realização de seminários, cursos, oficinas e palestras
- Educação a Distância → Plataforma Moodle do Portal Capacidades
- Extensão Universitária → Parceria com o MEC
- Produção de material impresso e vídeos



Portal Capacidades

- **Cadastros:** 100 mil pessoas
- **Agenda:** 334 atividades realizadas
- **Biblioteca:** 150 livros cadastrados
- **Videoteca:** 204 vídeos cadastrados
- **Blogs:** 38 blogs ativos



Programa Nacional de Capacitação das Cidades

Capacitados pela Plataforma EAD do Portal Capacidades em 2016

CURSO	CERTIFICADOS
Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário	1.191
Introdução à Coleta de Dados do SNIS - Água e Esgotos	656
Introdução ao Estudo do SNIS - Série Histórica	510
Introdução à Coleta de Dados do SNIS - Resíduos Sólidos Urbanos	15
Obras Públicas de Edificação e de Saneamento - Módulo Planejamento (TCU)	1.172
Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU progressivo no tempo	722
Planos de Saneamento Básico	1.021
Programas Urbanos - CURSO I - O Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade	1.723
Programas Urbanos - CURSO VI - Curso Básico: Gestão de Projetos Urbanos	2.555
Programas Urbanos - CURSO VII - Projetos em Habitação	713
Programas Urbanos - CURSO VIII - Projetos em Saneamento	446
Programas Urbanos - CURSO IX - Projetos em Mobilidade Urbana	626
Programas Urbanos - CURSO X - Projetos em Regularização Fundiária	608
Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS) na Operação de Estações de Tratamento de Esgoto com Aproveitamento Energético de Biogás	12
Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais	1.659
TOTAL DE PESSOAS CAPACITADAS	13.629



Novos Cursos a distância a serem lançados em 2017:

1. CMe → Regulamentação e Implementação do Instrumento Contribuição de Melhoria
2. OUC → Regulamentação e Implementação do Instrumento Operações Urbanas Consorciadas
3. EIV → Regulamentação e Implementação do Instrumento Estudo de Impacto de Vizinhança
4. TDC → Regulamentação e Implementação do Instrumento Transferência do Direito de Construir
5. Regulamentação e Implementação do Instrumento IPTU.
6. LIDU → Licenciamento Integrado para o Desenvolvimento Urbano
7. Fundamentos para o monitoramento e avaliação de políticas urbanas

- Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT

Edital 2017 / MEC (lançamento no 1º semestre de 2017)

Linha Temática 5: Desenvolvimento Urbano

Subtemas

***5.1. Fortalecimento da Gestão Municipal e Metropolitana:
Capacitação e Assistência Técnica***

5.1.1. Experiências bem sucedidas de Consórcios Intermunicipais e Metropolitanos - criação e funcionamento de Consórcios para apoiar a gestão municipal e metropolitana nas políticas públicas de desenvolvimento urbano

5.1.2. Instrumentos de apoio ao financiamento municipal e metropolitano:

i) parcerias público privadas e ii) operação urbana consorciada para a elaboração e desenvolvimento de projetos urbanos.

5.1.3 Elaboração e gestão de projetos de habitação, saneamento, transporte e mobilidade, acessibilidade, reabilitação urbana e contenção de encostas.

5.1.4. Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM

5.2. Mobilidade Urbana.

5.3. Saneamento Ambiental.

5.4. Habitação.

5.5. Trânsito.

Temas a serem abordados (SNDU/DPGU) - 2017

1. GOVERNANÇA METROPOLITANA

- 1.1 – Intersectorialidade e integração de Parcerias Público Privadas (PPP's).
- 1.2 – Capacitação para elaboração e gestão de projetos e licitações.
- 1.3 – Boas práticas de gestão municipal.
- 1.4 – Governança interfederativa.
- 1.5 – Balcão Único para aprovação e licenciamento de projetos.
- 1.6 – Associativismo – Consórcios intermunicipais e PPP's.

2. SISTEMA DE INFORMAÇÕES

- 2.1 – Base cartográfica dos municípios brasileiros.
- 2.2 – Dados e informações para o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano.



DESCRIÇÃO – Sistema de Informações Metropolitanas (SIM)

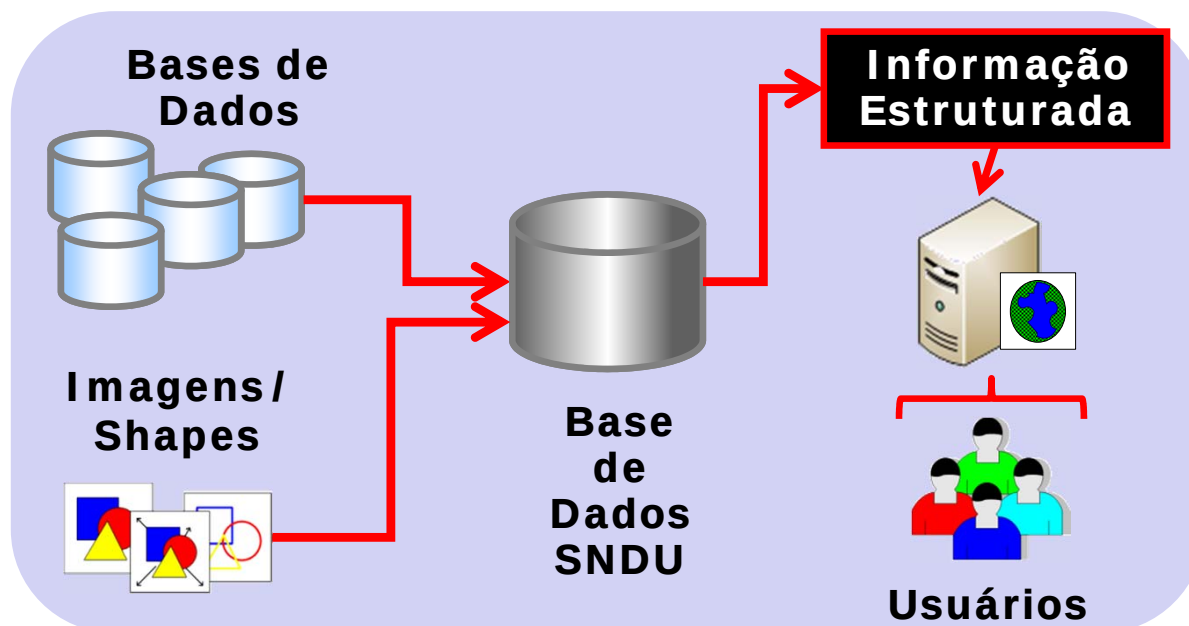
O SIM é uma solução de geoprocessamento para computação em nuvem de **armazenamento**, **processamento** e **visualização** de dados geográficos na internet, com acesso à base de imagens de alta resolução espacial e arruamentos com obrigatória cobertura de todo território brasileiro.

O sistema deverá permitir a o envio e o recebimento **online** de informações de todos os organismos previamente cadastrados.



OBJETIVO

Integrar e disponibilizar sistematicamente, em um ambiente web e de forma geoespacializada, informações atualizadas sobre os municípios que compõem as regiões metropolitanas do Brasil para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos e dar publicidade à população sobre o desenvolvimento da Política Pública Nacional.



Fluxo básico de geração de conhecimento



3. FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

3.1 – Finanças públicas.

3.2 – Gestão fiscal.

3.3 – Difusão de inovações e boas práticas.

3.4 – Financiamento das Regiões Metropolitanas.

4. CAPACITAÇÃO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

4.1 – Capacitação de agentes públicos municipais.

4.2 – Capacitação de municípios da Amazônia Legal (expansão urbana).

5. NOVA AGENDA URBANA

5.1 – Capacitação dos municípios.

5.2 – Novas abordagens de políticas públicas.

5.3 – Ação municipal e melhores práticas.

6. Demais temas da SNDU e demais Secretarias do Ministério das Cidades.





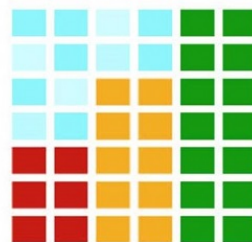
OBRIGADO!

Paulo Avila

Coordenador do Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC
Departamento de Planejamento e Gestão Urbana – DPGU
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU
Ministério das Cidades

capacidades@cidades.gov.br

www.capacidades.gov.br



CAPACIDADES
CONHECER PARA CRESCER

www.capacidades.gov.br